



INVENTARIANDO O CONHECIMENTO DE ERVAS MEDICINAIS EM ASSENTAMENTO: RELAÇÕES ENTRE USOS TRADICIONAIS E LEGAIS

Thauana Paiva de Souza Gomes¹

RESUMO

As plantas medicinais sempre foram utilizadas como principal meio terapêutico conhecido para tratamento de povos, populações tradicionais e agricultoras. A partir do conhecimento e uso popular, foram descobertos alguns medicamentos utilizados atualmente na medicina tradicional, e uma atenção especialmente nas últimas décadas a associação de tratamentos convencionais o uso de ervas medicinais, inclusive com destaque a uma lista de interesse de uso e indicação pelo SUS-Sistema Único de Saúde. Este trabalho a partir do estudo de comunidades assentadas da região de Araraquara tem como objetivo fazer um inventário do uso destas ervas pelos assentados e assentadas indicadas pelo SUS, para fomentar associações ou grupos para processamento e venda destes produtos. A metodologia utilizada foi a bola de neve associada a questionário e observação de campo. Como resultado destacamos o inventário de ervas nos lotes, bem como, os usos e práticas de cultivo associado a sustentabilidade.

Palavras-chave: Ervas medicinais, usos, prática, assentamentos e SUS.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte de estudos e parcerias desenvolvidas entre pesquisadores do NUPEDOR/NEEA, o programa de produtividade pesquisa da Estácio e FAPESP. Trata-se de parte de um processo de pesquisa/ação/extensão que se transformou em pesquisa. O trabalho em desenvolvimento busca analisar e inventariar os usos e formas de plantio de ervas medicinais de interesse do SUS- Sistema único de Saúde em assentamentos de Araraquara- S.P. Desta maneira, foram escolhidas mulheres com produção de ervas medicinais e/ou pela relação/ interesse/ conhecimento na produção

¹ Graduando do Curso de Ciências Sociais e Pedagogia pela UNESP, mestre e doutora em Educação Escolar pela UNESP, especialista em Educação do Campo e agroecologia pela UNICAMP; Professora e coordenadora dos cursos de Teologia e Sociologia do Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto, Professora do Centro Universitário Barão de Mauá e pesquisadora do NUPEDOR.



destas ervas. Para tanto, propõe-se por meio de inventário respondido pelos titulares dos lotes levantar as principais ervas produzidas bem como, as práticas e formas de usos destas ervas, com o intuito de elaborar um rol de informações que ofereçam elementos para mapear os quintais e a relação do conhecimento tradicional e a prática estabelecida pelo SUS. No que se refere propriamente a fundamentação teórica buscou-se discutir questões estabelecidas de gênero e do trabalho rural no universo da Reforma Agrária, de maneira a transcrever o importante papel dessa produção agrícola destinada à geração de trabalho e renda, bem como para uso medicinal e valorização de saberes tradicionais próprios do domínio botânico.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no desenvolvimento do presente trabalho parte da relação inicial do envolvimento da pesquisadora com o NUPEDOR- Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural no projeto financiado pela FAPESP pelo processo n.: 2018/14021-3 “Pesquisa e Validação Tecnológica fundamentada na Agroecologia” e que deu origem ao projeto em desenvolvimento “Inventariando ervas medicinais em assentamento: relações entre usos tradicionais e legais de interesse do SUS- Sistema Único de Saúde” financiado pelo projeto de pesquisa produtividade da Estácio de Ribeirão Preto, os quais tem como base a pesquisa-ação como base de desenvolvimento do projeto.

Neste projeto maior os integrantes participante da pesquisa foram selecionados através de parceiras com produtores rurais assentados e da experiências anteriores de capacitação realizadas em reuniões de projetos do SENAR² em que 30 assentados envolvidos com a temática da agroecologia se interessaram em integrar aos projetos. A partir deste momento iniciou-se a etapa de elaboração de um diagnóstico do público alvo, relevante para o dimensionamento das atividades a serem propostas, contando com elementos como: disponibilidade de mão de obra, características edafoclimáticas e interesse na adoção de práticas agroecológicas e posteriormente conhecimentos, produção e usos de ervas medicinais.

Deste número levantou-se um perfil dos agricultores e agricultoras que produzem ervas medicinais a partir da metodologia Bola de neve, com indicação a princípio de lotes com produção e perfil relacionado ao projeto.

² Sistema Nacional de Aprendizagem Rural



A partir destas etapas levantou um inventário da produção das ervas em 4 lotes, os quais se registraram os usos e práticas de cultivos dos canteiros através de visita e formulário.

REFERENCIAL TEÓRICO

A região central do Estado caracteriza-se pelo alto desenvolvimento e dinamismo do agronegócio com empresas sucroalcooleiras e madeireiras. A região cobre uma vasta extensão territorial, podendo ser subdividida em microrregiões para melhor compreensão do perfil econômico e potencialidades locais. No município de Araraquara, a paisagem agrícola é tomada pelas grandes extensões de terras ocupadas por culturas de exportação, fundamentalmente cana-de-açúcar e laranja. A significativa presença de culturas ligadas ao agronegócio caracteriza a estrutura fundiária da região da alta Mogiana como concentrada, o que se confronta com o universo das pequenas propriedades (FERRANTE et al, 2012; GOMES et al, 2012).

A região caracteriza-se pela forte densidade agrícola modernizada de atuação de complexos agroindustriais. Apesar de poucos registros da luta pela terra antes da década de 1980, nesta região houve uma importante atuação política do Partido Comunista dos anos 50 a 70, atuação que visava regulamentar a legislação trabalhista e lutar pela reforma agrária (FERRANTE et al, 2012, GOMES, 2011 e GOMES 2015).

Segundo Ferrante (2013), nos anos 80, a luta pela terra passou a ter maior visibilidade nacional e regionalmente, o que também é relacionado aos movimentos grevistas dos boias-frias, conhecidos nacionalmente como a “era das greves de Guariba”. Os boias-frias já reivindicavam, desde a década de 70, a garantia de direitos trabalhistas, contestando sistemas de corte da cana geradores de exploração da força de trabalho e adoecimentos.

Sofrendo a repressão aos seus movimentos grevistas, orientados pelo Sindicato de Assalariados Rurais de Araraquara, os boias-frias dessa região e de outras passam, a partir da segunda metade da década de 80, a reivindicar terra. A partir daí, iniciaram-se as ocupações frequentes em vários pontos do Estado e do País. Por consequência, o Estado Brasileiro, em resposta às pressões dos movimentos sociais do campo, instituiu o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, em 1985, alvo de críticas e de elogios (FERRANTE, 2013). Ainda sobre este aspecto, é importante destacar que:



a inserção de trabalhadores bóias-frias no movimento de demanda pela terra marcou a constituição dos assentamentos na região. A possibilidade da terra constituir-se em um dos eixos de luta dos bóias-frias, categoria que tem, no seu interior, segmentos que não tiveram uma relação direta de apropriação com a terra, criou impasses e exigiu remodelagens de interpretações do processo de modernização/expropriação e proletarização rural. Esta origem e a trajetória histórica da população hoje assentada, bem como de seu principal mediador político (o movimento sindical dos assalariados rurais), repõe resistências e acomodações específicas frente à integração dos assentados no sistema produtivo sucroalcooleiro, que se relacionam com o tempo anterior de assalariamento (FERRANTE, p.19, 2013).

No caso, a região de Araraquara conta com três projetos de assentamentos rurais, sendo dois deles de responsabilidade do Instituto de Terras do Estado/Itesp (Monte Alegre e Horto Bueno de Andrade) e um do INCRA (Bela Vista do Chibarro), produtos de diferentes políticas públicas gestadas ao longo dos últimos 20 anos de luta.

O assentamento Monte Alegre, no qual a pesquisa se desenvolveu, possui 6 núcleos, com um total de 385 lotes, mais o Assentamento do Horto de Bueno de Andrade, com 31 lotes. Segundo Ferrante (2013, p.20.):

Os primeiros núcleos do assentamento Monte Alegre I, II, III e IV foram instalados pelo Itesp nos anos de 1985 e 1986, ainda na gestão do governador Franco Montoro (1983-1986), tendo sua instalação se completado mais de dez anos depois (...) a área da Fazenda Monte Alegre era, originalmente pertencente à Fepasa (Ferrovias Paulistas S.A.), estando sob gestão da Codasp (Companhia de Desenvolvimento Agrícola de São Paulo) quando os assentamentos foram conquistados.

Assim, o primeiro assentamento ou núcleo a ser inaugurado na fazenda Monte Alegre ocorreu em 1985, nas terras de propriedade da Ferrovia Paulista S/A (FEPASA), antes administrada pela Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora (CAIC). Os trabalhadores rurais, junto ao sindicato, encabeçaram a ocupação da fazenda, a pressão surtiu efeito, e, após semanas de ocupação, partes das terras foram cedidas para o movimento dos trabalhadores rurais sem-terra para o assentamento de 31 famílias (GOMES, 2011, GOMES 2015).

Na mesma data, outro grupo de trabalhadores rurais ocupava o Horto Guarani, e, ao sofrer despejo violento pela polícia, o grupo se instala na rodovia de Pradópolis-



Jaboticabal, como forma de pressionar o governo do Estado para a liberação das terras. Ocorre, então, a liberação de mais uma área na Fazenda Monte Alegre, que seria o segundo núcleo, nas quais famílias acampadas na rodovia e previamente cadastradas pelo sindicato foram assentadas. Já no assentamento III, a ocupação dos lotes seria realizada por aquelas famílias que possuíssem cadastro na Secretaria Estadual de Assuntos Fundiários (SEAF).

No entanto, muitas se viram impossibilitadas de assumir os lotes, pelo fato de um grupo de famílias oriundas de Guariba ter ocupado primeiro as terras deste núcleo. O problema foi resolvido com a transferência das famílias de Guariba para outra área da fazenda, em que constituíram o núcleo IV da fazenda, com 62 famílias que haviam se instalado inicialmente no Núcleo III (GOMES, 2006; GOMES, 2015). Sobre este histórico, Ferrante (2013, p.20) ainda destaca que:

No mesmo período em que o Itesp instalou um dos núcleos mais recentes do projeto do assentamento Monte Alegre – o de número VI, ainda na primeira gestão Mário Covas (1995-1998) – também assentou 31 famílias no Horto de Bueno de Andrade, área também anteriormente pertencente à Codasp e localizada no distrito araraquarense de Bueno de Andrade (que dá nome ao Horto). As dimensões deste projeto de assentamento, além da origem comum da mobilização das famílias ali assentadas e das que foram para o núcleo VI do Monte Alegre, fazem com que o Horto de Bueno seja considerado um apêndice do grande projeto de assentamento Monte Alegre.

É importante destacar ainda que o núcleo V foi cedido, em 1991, e que contemplou 32 famílias, depois de muita pressão e luta de um grupo que estava acampado no interior desta fazenda desde 1988.

Após o período de seis anos, a fazenda voltou a ser ocupada por 250 famílias em uma sexta parte da área, até então pertencente à FEPASA. Depois de algumas negociações dos trabalhadores rurais com o governo do Estado, 179 famílias foram deslocadas e assentadas para os núcleos já existentes. Não terminado o loteamento dos núcleos, mais 8 famílias ocuparam uma área de 94 ha localizada na área que se tornaria o núcleo VI. Gomes (2015, p.45) destaca que a área:

fora cedida a um consórcio intermunicipal de 9 prefeituras, entre elas a de Araraquara, Matão e Motuca destinada ao plantio de soja para produção de leite usado na merenda escolar destas cidades. Este



processo levou à suspensão do consórcio em 1999, e as terras foram devolvidas ao governo do Estado em 2002. Finalmente, em outubro deste mesmo ano, as famílias ocupantes foram assentadas.

A Fazenda Monte Alegre e o Horto de Bueno possuem em torno de 416 lotes. Das famílias acampadas originalmente, algumas deixaram os lotes, outras foram se instalando nas agrovilas com a esperança de serem realocadas nos lotes deixados por estas famílias. Igualmente, destaca-se que o número de famílias aumentou por agregação de outros parentes às famílias já assentadas, como filhos, tios, cunhados, dentre outros.

Vale destacar que atualmente existe um processo de ocupação por famílias pertencentes do MST em lotes considerados improdutivos, com o objetivo de pressionar o ITESP a lotear as áreas que seriam destinadas à recomposição ambiental, que até hoje não foi realizada.

Como destacado anteriormente, a maior parte das terras agricultáveis da região está cultivada com cana, e, no município de Araraquara, há cerca de 32 mil hectares cultivados cuja cadeia de produção constitui o maior complexo agroindustrial da região, levando uma pressão sobre estas áreas de assentamento.

Assim temos que, em função desse entorno socioeconômico, a maioria das famílias assentadas na região tem uma trajetória de trabalho imediatamente ligada a essa economia agroindustrial, o que, da mesma forma, insere tais pessoas em um processo constante e constrangimentos ligados à forma de produzir, no que se refere às formas de plantar e cultivar suas terras, fato que será descrito posteriormente neste trabalho.

Para se ter ideia, cerca de 70% dos assentados dos núcleos II e IV do projeto de assentamento Monte Alegre foram proletários rurais nas culturas de cana e de laranja, e, ainda hoje, trabalham tanto na colheita de laranja como na de cana na modalidade de assalariamento temporário (FERRANTE, 2013). Esses o fazem para complementar ou mesmo para ser a renda completa quando há dificuldades na produção do lote.

É importante destacar que, dentro deste recorte das pequenas propriedades, encontram-se os produtores localizados nos bairros rurais e nos assentamentos, com destaque para o segundo grupo, que tem um papel importantíssimo nas estratégias de fornecimento de produtos naturais e diversificados para o município. A produção agrícola familiar abastece a maior parte de Araraquara e provém, portanto, principalmente, dos agricultores familiares assentados, em sua maioria, altamente descapitalizados e carentes de apoio institucional. Esta importância de propriedades rurais



é fruto da luta pela Reforma Agrária nesta região, estabelecida a partir do contraponto com o agronegócio e protagonizada pelos trabalhadores rurais, que ora se vincularam ao movimento sindicalista (em especial a FERAESP), ora aos movimentos sociais, em especial o MST (GOMES et al, 2012).

A entrada de parcerias com o agronegócio exerce forte pressão sobre os assentamentos rurais, e esses programas se tornaram um forte vetor do desenvolvimento regional. Desta forma, as práticas agroecológicas e a diversificação agrícola aparecem relacionadas como contrapontos às estratégias de produção a partir de uma matriz tecnológica convencional com forte propensão às culturas altamente dependentes de recursos e insumos químicos, mecânicos e genéticos (FERRANTE, 2009).

Além da relevância política e social dos assentamentos, é preciso destacar a existência de pequenos produtores rurais, que permanecem à beira nos centros urbanos e/ou dos assentamentos, enfrentando igualmente, ou de forma mais arrasadora, os problemas de disputa de forças com as agroindústrias locais. Vale salientar que estes produtores permanecem à sombra dos assentados, muitos por não serem assistidos por linhas de créditos e fomentos que são destinados aos assentamentos rurais.

Neste cenário a presente pesquisa se insere em um contexto de ações em uma trajetória de 17 anos de pesquisa junto ao Núcleo de Pesquisa e Documentação Rural – NUPEDOR, que tem se debruçado em estudos nos assentamentos da região de Araraquara, e, desde 2014, com a aprovação de um Núcleo de Estudos e Extensão em Agroecologia - NEEA, passou a atuar mais diretamente com ações de extensão em agroecologia, os núcleos foram ganhando amplitude e aprofundamento em um conjunto de ações relacionadas ao meio rural, integrando as áreas de ensino-pesquisa-extensão.

Neste processo levantou-se a demanda de mulheres por projetos nos assentamentos que desenvolvessem trabalho e renda entre eles associados a produção comum aos quintais responsáveis pelas mulheres no dia-a-dia. No processo de levantamento e inventário dos lotes iniciado desde 2014, discutiu-se junto a várias mulheres e lideranças dos assentamentos trabalhados a necessidade de usos e aprofundamento dos conhecimentos sobre as ervas medicinais. E neste aprofundamento, encontramos um caminho de geração de trabalho e renda a partir das vendas das ervas medicinais de interesse do SUS- Sistema único de Saúde.



Especificamente porque, hoje, o Brasil é um dos países com legislação mais avançada do mundo referente aos fitoterápicos e usos de ervas medicinais, processo que se iniciou em 1981, com a Portaria nº 212, de 11 de setembro de 1981. A partir de então, o país passa a adotar as plantas medicinais como prioridade, sendo diversas orientações legais para o uso destas ervas. Com destaque a RENISUS- Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse do SUS, a qual lista 71 espécies para uso no Sistema único de Saúde; bem como, e RDC nº10, resolução da ANVISA que regulamenta a comercialização das drogas vegetais de venda isenta de prescrição médica destinada ao consumidor final; e a RDC nº17, que dispõe sobre as Boas Práticas de Fabricação de medicamentos. Tem como base, tais embasamentos legais a oficina buscará a descrever a relação entre uso tradicional e o científico, incentivando a produção, processamento e usos de maneira adequada. Podendo incentivar a produção e venda das ervas.

Desta maneira, visitou-se, até o presente momento, 4 lotes nos quais foram realizados um inventário da produção das ervas medicinais, que serão apresentadas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os primeiros inventários realizados nesta pesquisa realizado junto à cooperativa levou especificamente a um grupo predominante de mulheres que produzem ervas medicinais tanto para o consumo familiar como para comercialização, estas últimas relacionadas aos temperos também. Vale salientar uma particularidade no perfil dos produtores e produtoras destes lotes que mostraram práticas mais sustentáveis em relação ao manejo agrícola, seja para melhorar aspectos produtivos, inserindo a perspectiva agroecológica na produção, seja na diminuição do uso de veneno ou na alimentação mais saudável e no uso de remédios mais naturais. Ainda, percebeu-se que organização desse grupo inventariado tem um grande interesse de realizar o processamento mínimo das ervas para formalizar a comercialização.

Todos os 4 lotes apresentam diversificação agrícola e vários tipos de produção de ervas medicinais. Nestes lotes foram levantadas as ervas existentes e os tipos de manejos realizados, além das relações de sócias das famílias. Para além foi feito uma pesquisa sobre a legislação vigente visando a inserção das ervas no mercado formal, além de diálogos com as farmácias de homeopatia regionais sobre a possibilidade de compra da produção da comunidade assentadas.



Levantou-se a demanda da utilização de conhecimentos e práticas para aproveitamento de ervas, plantas e temperos produzidos nos lotes. Este levantamento teve como objetivo avaliar as práticas agroecológicas nos assentamentos Bela Vista do Chibarro e Monte Alegre.

Foi deste estudo que surgiu uma demanda por parte das mulheres da necessidade de dar continuidade um projeto de processamento de ervas iniciado em 2014 voltado especificamente para práticas femininas ligadas ao cultivo de ervas medicinais, temperos e cheiros.

Juntamente com este levantamento houve a procura por parte de mais uma cooperativa para fomentar o trabalho com as mulheres da cooperativa. Neste processo, iniciamos uma parceria para constituição do projeto de produção agroecológica de ervas medicinais para processamento e escoamento destes produtos.

Em muitos casos, a observação dos lotes e as práticas dos assentados e assentadas serviam de caminho para compreensão do constante processo de conflito existente entre os métodos utilizados oriundos de casas agropecuárias, na assistência técnica, nos programas agrícolas e as práticas tradicionais da organização da produção.

Ao longo das atividades empreendidas, levantou-se receitas e práticas utilizadas pelos assentados e assentadas, descritas e discutidas sob a ótica de seus usos científicos. Vale salientar que esta coleta se concentrou especialmente na análise do papel feminino no engajamento das práticas agroecológicas. Resultando na formação de um grupo de mulheres que processam ervas medicinais e vendem atualmente em feiras e eventos, em algumas situações com a parceria do Sesc, e que agora passam a ter a colaboração desse novo grupo que tem o objetivo de efetivar-se por meio de OCS- Organização Social de Controle, com a finalidade de escoar e produzir de maneira mais sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar nestes tipos de conhecimentos e nas suas resistências é, de certa forma, entender as brechas de um sistema econômico balizado no progresso, na economia monetária, no pragmatismo, na tecnologia e no global. O que revela um universo de tensões, constrangimentos, obrigações e violências que se impõem sobre as vidas de



trabalhadores rurais e que, no processo de se formarem como sujeitos condutores, mudam a realidade e constroem uma nova perspectiva sobre o que está estabelecido. Embora as análises do inventário e das práticas tradicionais sejam ainda embrionárias neste trabalho, é possível perceber na articulação das mulheres e dos grupos de universidades e demais instituições ligadas ao universo da agricultura familiar, vem se construindo um momento favorável à reelaboração de propostas de transição agroecológica e de valorização de práticas e saberes tradicionalmente estabelecidos. O que, por sua vez, encontra amparo em agentes, assentadas e assentados, que se dispõem a acreditar em uma realidade melhor, que, através do resgate de práticas e do processo de mudança paradigmática na forma de se produzir no campo, encontram um caminho possível para esta transformação.

REFERÊNCIAS

BBRASIL. *Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) no 10 de 09 de março de 2010.* Notificação de drogas vegetais. Agência Nacional de Vigilância Sanitária -ANVISA. Brasília: Diário Oficial da União, 2010.

BRASIL. *Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) no 26 de 13 de maio de 2014.* Registro de medicamentos fitoterápicos e o registro e a notificação de produtos tradicionais fitoterápicos. Agência Nacional de Vigilância Sanitária -ANVISA. Brasília: Diário Oficial da União, 2014.

FERRANTE, V. L. S. B. e WHITAKER, D. C. A. (org.). Retrato de Assentamentos. Cadernos de Pesquisa, número 11. NUPEDOR. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. FCL-Unesp/Araraquara.

_____. Pesquisa e Extensão em Modalidades Diferenciadas de Assentamentos: contrapontos e complementaridades em duas regiões do Estado de São Paulo. Projeto CNPq, 2013.

_____ et al. Mulheres assentadas na região central do estado de São Paulo: apresentando dados de pesquisas. 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero, 2012, João Pessoa. In: Anais..., 2012.



_____. Et al. Homens e mulheres nos assentamentos: violência, recusa e resistência na construção de um novo modo de vida. *Perspectivas: Revista de Ciências Sociais*, 2009.

_____. Da invisibilidade ao protagonismo: relações de gênero nos assentamentos, nos projetos de desenvolvimento sustentável e nos territórios da cidadania. Relatório técnico-científico, CNPq, 2014.

GOMES, T. P. de S. *Saberes, Memórias e Tradição: Estudo em Assentamentos de Reforma Agrária de Araraquara-SP*. In: XXVII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, 2011, Recife. Anais do XXVII Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia, 2011.

_____. et al. GOMES, T. P. S.; FERRANTE, V. L. S. B. . Políticas públicas entre eficácias, equívocos e omissões: um retrato em duas regiões do Estado. *Retratos de Assentamentos*, v. 15, p. 157-186, 2012.

_____. *O multiculturalismo, movimentos sociais e educação do campo*. In: VII Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 2015, Campinas. Anais VII Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais, 2015.